



Paulo Ricardo da Silva\*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explicitar a crítica de Edmund Husserl (1859-1938) ao empirismo de John Locke (1632 -1704) circunscrita na Segunda Investigação Lógica na obra *Investigações Lógicas* (1901). Deste modo, detalharemos as questões referentes à hipóstase psicológica do universal defendida por John Locke, a qual surge devido a afirmação da não existência na realidade de algo universal, mas sim que apenas coisas individuais existem e são ordenadas em espécies e gêneros com respeito às semelhanças. Desta forma, as aparências das coisas são vistas como “complexos de ideias (simples)” e o fato de podermos nomear muitas coisas unicamente por meio de um e o mesmo nome geral prova que um significado geral, uma “ideia geral”, deve corresponder a isso. Discutiremos neste artigo como a abstração, para Husserl, não é o que percebemos apenas pelos dados da sensação, como o empirismo sensualista quer que acreditemos, mas as essências e as conexões de essências. Em suma, para a fenomenologia, não há oposição entre essencialidade (*Wesenheit*) e ser-dado (*Gegebensein*) às “essências” que são percebidas nas “próprias coisas”, não recorrendo a um artifício psicológico.

**Palavras-chave:** Husserl. Locke. Abstração. Sensibilidade. Essência. Psicológico.

## The critique to psychological hypostasis of the universal in John Locke's theory of abstraction in Edmund Husserl's *Second Logical Investigation*

### ABSTRACT

This work aims to explain the criticism of Edmund Husserl (1859-1938) to the empiricism of John Locke (1632 -1704) circumscribed in the Second Logical Investigation in the work *Logical Investigations* (1901). In this way, we will detail the questions referring to the psychological hypostasis of the general defended by John Locke, which arises due to the affirmation of the non-existence in reality of something like a universal, but that only individual things exist and are ordered in species and genera with respect to the similarities. In this way, the appearances of things are seen as "complexes of (simple) ideas", and the fact that we can name many things solely by means of one and the same general name proves that a general meaning, a "general idea", must correspond to In this article, we will discuss how abstraction, for Husserl, is not what we perceive only through sensation data, as sensualist empiricism wants us to believe, but essences and essence connections. In short, for phenomenology, there is no opposition between essentiality (*Wesenheit*) and being-given (*Gegebensein*) to the “essences” that are perceived in the “things themselves” without resorting to a psychological artifice.

**Keywords:** Husserl. Locke. Abstraction. Sensitivity. Essence. Psychological.

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Maringá (2021), Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2018). Bacharel em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2011). Possui experiência na área de Psicologia e como professor na área da Filosofia. Desenvolve pesquisas na área de Fenomenologia, Teoria do Conhecimento e Lógica. E-mail: pricardo\_psi@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0392020927118051>.

## Introdução

Husserl dedica toda a *Segunda Investigação* a um exame crítico das diversas teorias da abstração surgidas na linha do empirismo e do psicologismo (desde Locke, Berkeley e Hume, passando por Stuart Mill, Herbert Spencer, até Cornelius e Müller), com a peculiaridade de insistir nas raízes nominalistas da abstração, que a dilui a certos processos psicológicos ou na lei de associação de ideias. Para Husserl, a teoria empirista da abstração confunde dois planos, a saber, o plano da descrição fenomenológica dos atos intencionais e seus conteúdos objetivos, com a explicação psicológica da gênese mental das vivências da consciência. Husserl pretende, através de sua crítica, questionar qual o conteúdo, o sentido, a significação própria de um ato de consciência e sua referência a uma intuição correspondente; como também busca elucidar o curso do acontecer real de um ato de consciência e sua relação com outros atos de consciência, assim como seu caráter de efeito sobre outros tipos de fatos que produzem esta vivência (planos esses que o psicologismo confunde continuamente).

Nos pautaremos aqui, desse modo, nas discussões husserlianas que envolvem John Locke (1632-1704), o qual defende a não existência dos universais na realidade, dando ênfase a complexos de notas genéricas separadas. Deste modo, o objeto geral seria materializado pela consciência psicológica, que o compõe de atributos comuns ao múltiplo.

Qual a crítica que Husserl faz a esse empirista? Qual o teor de suas ideias perante o desenvolvimento da teoria moderna da abstração? Compreendemos que Husserl assume conduta crítica frente às proposições que, diferentemente em relação aos seus conteúdos, concordam em relação às formas da teoria empirista da abstração. No entanto, parece indispensável conceder agora um maior espaço para realizar a análise comprobatória das formas principais da teoria moderna da abstração à nossa concepção do essencial aos objetos universais e das representações universais. A comprovação crítica dos erros das concepções alheias dá a Husserl a oportunidade de configurar sua própria concepção e colocar em prova a fiabilidade das outras.

A teoria da abstração empirista padece da diminuição de dois diferentes interesses científicos essenciais. Um deles diz respeito à explanação psicológica das vivências, o outro ao esclarecimento “lógico” do seu conteúdo pensante ou sentido e

à crítica das suas possíveis realizações de conhecimento. Quanto ao primeiro aspecto, trata-se da comprovação das conexões empíricas que conectam a vivência pensante dada com outros fatos, no decurso de acontecimentos reais. Fatos que, como causa, a produziram, ou sobre as quais ela exerce efeitos. No segundo aspecto, ao contrário, abrange-se a origem dos conceitos que pertencem às palavras; por conseguinte, o esclarecimento da sua “visada própria” ou significação, por meio da confirmação evidente da sua intenção em sentido preenchedor, que atualizamos somente através do aduzir da intuição conveniente.

Os estudos dessas concepções fenomenológicas oferecem os fundamentos indispensáveis para realizar o esclarecimento, ponto de vista da crítica do conhecimento e de sua possibilidade, e assim trazer uma clareza essencial à possibilidade de enunciados válidos sobre objetos universais (nomeadamente, sobre objetos singulares como aqueles dos conceitos universais correspondentes) e, em conexão com isso, para determinar com clareza o sentido correto no qual podem valer o universal como ente e o singular subjacente a predicados universais.

Cada doutrina da abstração que objetive valor gnosiológico falha em seu objetivo quando, em vez de realizar a descrição da situação descritiva imediata na qual o específico nos vem à consciência, e com seu intermédio, clarificar o sentido do nome atributivo e, em consequência, trazer uma solução evidente aos múltiplos equívocos que a essência da espécie experimentou, se perde em análises empírico-psicológicas do processo de abstração, segundo as causas e efeitos e, passando fugidamente pelo conteúdo descritivo da consciência abstrativa, dirige o seu interesse, predominantemente, para as suposições inconscientes e para o entrelaçamento hipotético de associação.

Do mesmo modo, uma teoria da abstração falha de antemão no seu objetivo quando dirige o seu propósito para o campo do que se pode encontrar de maneira imanente em toda a abstração autêntica, ou seja, intuitiva. E, com isso, anuncia o erro da confusão entre análises essenciais e empíricas (esclarecedoras de um ponto de vista da crítica do conhecimento e elucidativo de um ponto de vista psicológico); mas cai em outra confusão sugerida, sobretudo, pela multiplicidade de sentidos do discurso sobre representação e análises objetivas: aquilo que o ato de significar atribui apenas, justamente, aos seus objetos é agora atribuído aos próprios atos como constituintes reais. Não notando a esfera normativa da consciência e da sua essência imanente,

viabiliza uma confusão. Desta forma, as análises que decorrem irão mostrar que as modernas teorias da abstração possuem estas características e, de fato, falharam em seu objetivo.

Após Husserl ter reivindicado contra o psicologismo a autonomia e a objetividade do ser ideal e mostrar a necessidade do objeto real, ou seja, do objeto universal, o filósofo faz uma análise rigorosa das teorias empiristas da abstração, que constituem o fundamento clássico das teorias psicológicas modernas. A demonstração da necessidade dos objetos gerais exigirá um complemento, será necessário determinar o seu modo de existir. Foi possível notar que não se pode atribuir-lhe existência real, havendo necessidade de investigar o processo noético pelo qual a consciência o constitui e lhe confere o ser objetivo. A análise fenomenológica irá afirmar o ser ideal como conjectura indispensável para realizar a solução dos problemas discutidos.

Sendo assim, na *Segunda Investigação Lógica* é a consciência da universalidade que se evidencia na espécie por meio do processo da *abstração ideadora (ideierender Abstraktion)*. O problema do ser ideal desdobra-se no problema da unidade ideal da espécie – o que significa dizer que implica em uma teoria da abstração, e assim em uma teoria do conhecimento. Husserl afirma haver acordo entre todas as teorias empiristas. Deste modo, ele se limita às questões de princípios do empirismo.

A argumentação husserliana seguirá uma linha de problema que pode ser considerada fundamental para toda a filosofia empirista. São duas as alternativas oferecidas pela teoria empirista da abstração, a primeira consistindo em inquirir o aspecto psicológico das vivências segundo o fio condutor das conexões empíricas entre vivência e fatos, e interpretar as últimas como causas. A segunda, em elucidar os conteúdos lógicos do pensamento, com a finalidade de determinar a origem dos conceitos e a evidenciação de seu significado mediante a intuição sensível. Assim, Husserl considera:

O estudo da essência destas conexões fenomenológicas oferece os fundamentos indispensáveis para realizar o esclarecimento, do ponto de vista da crítica do conhecimento, da “possibilidade” do conhecimento; por conseguinte, no nosso caso: para trazer a uma clareza essencial a possibilidade de enunciados válidos sobre objetos universais (nomeadamente, sobre objetos singulares como objetos do conceito

universal correspondente) e, em conexão com isso, para determinar com clareza o sentido correto no qual podem valer o universal como ente e o singular subjacente a predicados universais (HUSSERL, 2015, p. 100).

A situação da fenomenologia relativamente às *Investigações* e ao método geral do empirismo não poderia ser mais clara. O empirismo que se atém aos fatos busca na consciência causas e efeitos empíricos segundo o modelo das ciências físicas; ora, sendo singulares e contingentes, os fatos não podem esclarecer o universal e o necessário. Não surpreende, portanto, que a teoria empirista tenha dificuldade para definir o modo de existência da espécie. Por consequência, somos levados ao problema da abstração, uma vez que seu princípio é irrefutável para a fenomenologia, visto que a psicologia empírica trata das causas que estão subordinadas à aparição da vivência, esclarecendo a origem do pensamento abstrato enquanto acontecimento.

No entanto, ao fazer isso, pressupõe que estamos em posse de seu sentido. A elucidação fenomenológica, pelo contrário, tem em vista a “origem” dos conceitos, ao referir-se ao modo específico de uma “visada propriamente dita”. A apelação ao princípio da evidência, como realização adequada de uma significação claramente elucidada, acentua neste lugar a articulação profunda das *Investigações* em torno de problemas do acontecimento, porque a elucidação, e não a explicação, é preliminar a toda teoria do conhecimento (Cf. SCHÉRER, 1969). Em vista dos argumentos apresentados, a fenomenologia se coloca em uma perspectiva essencial, posto que nenhum fato real pode assumir o lugar de estruturas lógicas e ideais, nada disso substitui a intuição direta das essências da consciência em sua pura universalidade.

### **A crítica husserliana à hipóstase psicológica de John Locke**

Husserl, no capítulo II da *Segunda Investigação*, denominada de “O hipostasiar psicológico do universal”, demonstra que duas interpretações errôneas dominaram o desenvolvimento das doutrinas dos objetos gerais: (1) a hipóstase metafísica do geral, a suposição da existência real de espécies fora do pensamento; (2) a hipóstase psicológica do geral, a suposição da existência real das espécies no pensamento. Uma terceira interpretação errônea é a do nominalismo, que em suas várias formas tenta reinterpretar o geral em termos de indivíduos, com respeito ao objeto e ao ato

do pensamento. A primeira interpretação errônea, que está na base do realismo platônico na concepção tradicional, há muito foi descartada. O antigo nominalismo, extremo e conceitual, se opôs a ela. A oposição à segunda interpretação errônea, especialmente na forma das ideias abstratas de Locke, determinou o desenvolvimento da teoria moderna da abstração e mostrou uma inclinação decidida para o nominalismo extremo, que atualmente é simplesmente chamado de nominalismo e é contrastado com o conceitualismo.

Para evitar a compreensão das ideias abstratas de Locke, julgou-se necessário negar os objetos gerais como unidades de pensamento singulares e as representações gerais como atos de pensamento particulares. As questões relativas à essência dos objetos gerais não podem ser separadas das questões relativas à essência das ideias gerais. Para os presentes propósitos, é necessário remover as dúvidas sobre como tais objetos podem ser representados, e refutar as teorias que parecem provar por análises psicológicas científicas que são apenas ideias individuais, e conseqüentemente, que apenas objetos individuais podem ser conhecidos por nós. Portanto, a conversa sobre objetos gerais deve ser considerada apenas fictícia ou figurativa. Em vista da influência contínua do realismo psicológico, Husserl compromete-se a considerá-lo mais de perto.

A fim de mostrar apagologicamente a insustentabilidade da doutrina das espécies como objetos gerais, a seguinte linha de pensamento pode ser avançada em oposição à visão de Husserl. Se as espécies não são algo real, e se também não são algo no pensamento, então não são nada? Como podemos falar sobre algo sem que ao menos esteja em nosso pensamento? No entanto, Husserl demonstra que estes termos são equívocos metafísicos que se apresentam como sendo o ser do ideal, um ser na consciência e, portanto, é apropriadamente chamado de conteúdo da consciência. Em contraste com isso, o ser real seria um mero estar na consciência ou ser de um conteúdo, um ser em si mesmo, transcendente, fora da consciência. Para o filósofo, primeiramente torna-se preciso desfazer uma confusão relativa ao termo "real". "Real" pode ser predicado referente tanto ao ser na consciência, como ao que está fora dela; para definir a realidade da consciência basta a temporalidade.

Segundo Husserl "[...] real, vale para nós tanto 'na' consciência, como 'fora'. Real é o indivíduo com todos os seus elementos constituintes; ele é um aqui e agora. Como nota caracterizadora da realidade basta-nos a temporalidade (HUSSERL, 2015,



p. 104). O ser real e o ser temporal não são conceitos idênticos, mas suas extensões são iguais. Husserl não quer dizer que as nossas “vivências psíquicas” sejam coisas no sentido da metafísica. Uma vez que, se a metafísica for excluída, a realidade pode ser definida pela temporalidade, o que está em questão é a oposição ao “ser” atemporal do ideal. As vivências psíquicas possuem unidade real que se manifesta no tempo, na ordem da sucessão dos atos e dos processos de consciência. As imagens, os sentimentos e as emoções são exemplos de algo real, na medida em que possuem uma individualidade aqui e agora.

Desse modo, o ser ideal não se reduz aos momentos reais (temporais) da consciência; é, pelo contrário, uma coisa pensada como referência intencional da vivência, visado na intenção significativa, e não simplesmente apreendido pelos sentidos ou constituído pelo entendimento, a partir de regras formais *a priori*. Além disso, é certo que o geral é algo pensado por nós, tantas vezes quanto falamos dele. Mas não é, portanto, um conteúdo de pensamento no sentido de um constituinte real de uma experiência de pensamento, ou no sentido de um conteúdo de sentido, mas antes um objeto que foi pensado.

Husserl não coloca o ser do ideal no mesmo nível do ser pensado do fictício ou do absurdo. Este último absolutamente não existe e nada pode ser declarado categoricamente sobre ele em um sentido real. Falar deles como tendo seu próprio tipo de ser, o tipo “meramente intencional”, é realmente usar uma linguagem figurativa. Existem apenas certas conexões legalmente válidas entre “apresentações sem objetos”, que, em virtude de sua analogia com verdades que se referem às apresentações com objetos, sugerem a ideia de objetos meramente apresentados que não existem verdadeiramente. Os objetos ideais existem verdadeiramente. Não é apenas significativo falar de objetos como o número 2, a qualidade do vermelho, o princípio de contradição e de coisas semelhantes, e apresentá-los como tendo predicados, mas também apreendemos com discernimento certas verdades categóricas que se referem a esses objetos, assim:

Se essas verdades são válidas, então também tem de existir tudo aquilo que pressupõe objetivamente o seu valor. Se eu compreendo que 4 é um número par, que o predicado expresso convém efetivamente ao objeto ideal 4, então est objeto também não pode ser uma mera ficção, uma mera *façon de parler*, na verdade, um nada (HUSSERL, 2015, p. 105).

Isso não significa negar que o sentido desse ser e, com ele, o sentido da predicação, não seja inteiramente o mesmo que nos casos em que um sujeito real de um predicado real sejam acrescentadas ou negadas a sua propriedade. Ao contrário, Husserl atribui peso à distinção categorial fundamental dentro do campo da existência, ou dos objetos em geral – a distinção entre ser ideal e ser real, ser como espécie, ou do ser como algo individual.

Da mesma forma, a predicação é dividida em dois tipos essencialmente diferentes, dependendo se suas propriedades são atribuídas ou negadas a um indivíduo, ou se suas determinações gerais são atribuídas ou negadas a uma espécie. Mas essa distinção não enfraquece a unidade mais elevada no conceito de um objeto, ou, correlativamente, a unidade proposicional categórica. Em todos os casos, um objeto (ou sujeito) tem ou não tem algo (ou predicado), e a significação dessa atribuição mais geral, com suas leis, determina o sentido geral do ser, ou de um objeto em geral; assim como o sentido mais especial de predicação geral com suas leis coordenadas determina o sentido de um objeto ideal, ou o pressupõe.

Assumindo que tudo o que existe é válido como existente em virtude da evidência com a qual é apreendido no pensamento, Husserl conclui que não pode haver base para a negação do ser ideal. Na verdade, nenhuma arte de interpretação pode eliminar os objetos ideais de nosso falar e pensar. Esclarecida esta questão concernente aos equívocos entre ser ideal e ser real, Husserl começa a mostrar, no parágrafo IX da *Segunda Investigação*, que o hipostasiar psicológico do universal teve um efeito histórico particular na filosofia lockeana. “Na efetividade real não há nada de semelhante a um universal, há apenas coisas reais individuais, que se ordenam de acordo com a semelhança e pareanças, em gêneros e espécies” (HUSSERL, 2015, p. 106).

Husserl exprime a teoria de Locke das ideias gerais abstratas resumida da seguinte forma:

Detenhamo-nos na esfera do dado e vivido imediato, dito à maneira de Locke, nas “ideias”: os aparecimentos de coisas são complexos de “ideias simples”, de tal modo que, em muitos de tais complexos, costuma, regressar das mesmas ideias simples, a mesmas notas fenomenais características, singularmente ou em grupo. Nomeamos agora as coisas, e nomeamo-las não meramente por meio de nome próprios, mas, sim, predominantemente, por meio dos nomes comuns. Mas o fato de que muitas coisas poderiam ser nomeadas, sem ambiguidades, por meio de um e do mesmo nome universal,



comprova que a este teria justamente de corresponder um sentido universal, uma “ideia universal” (HUSSERL, 2015, p. 106).

Desta forma, o nome universal se relacionaria com os objetos da classe a qual pertence, de modo que ele faria por meio de uma e mesma nota característica (ou complexo de notas) comum a todos estes objetos, com que a inequívocidade do nome universal apenas se estendesse ao ponto em que os objetos são nomeados por meio desta e de nenhuma outra nota característica. É através do pensamento universal, que se realiza em significações universais, por conseguinte, que temos a capacidade de abstração, quer dizer, a capacidade para separar das coisas fenomenais, que nos são dadas como complexos de notas características, ideias parciais, ideias de notas características singulares, e de ligá-las a palavras como suas significações universais. Cada nome universal possuiria sua significação própria, o que garantiria a possibilidade de separabilidade e efetividade da separação.

Assim sendo, o nome porta uma nota característica exclusivamente ligada a si, e do mesmo modo, pelo fato de escolhermos, arbitrariamente, uma nota, podemos fazer dela a significação particular de novos nomes universais. O nome universal convém a tais objetos em virtude de atributos comuns, e isso pressupõe em nosso entendimento a capacidade de abstrair, ou seja, de “comparar” e “separar” as ideias parciais comuns a todos os objetos da mesma classe e “unir” estas partes separadas na totalidade de uma representação. Como o nome universal possui uma significação que se liga a um atributo comum ou a um grupo de atributos, a possibilidade desta e de outras abstrações subsequentes estaria garantida, bastando em cada caso abstrair os atributos comuns ou realizar a separação dos diferentes, para obter as diferenças espécie/gênero. Serão sempre designados com o mesmo nome partes ou momentos parciais dos objetos, fixando-se os atributos (ou o atributo) o qual se deseja conservar como “gerais”, quer dizer, comuns às partes consideradas.

A abstração exige um esforço de atenção para fim de formar ideias gerais que não existem na realidade física, e necessitam do entendimento para “existirem” no pensamento. À vista disso, uma série de críticas se dirigem à hipóstase psicológica do geral. Desta forma, as espécies não são nada reais: são, portanto, produtos de nossos pensamentos, estão no pensamento. Mas o “estar na consciência” é também

algo real, e se entende por isso que é uma parte ou conteúdo vivencial da consciência, que se manifesta aqui e agora.

Para Husserl, o ser real se caracteriza pela temporalidade que joga o papel de critério essencial na distinção a respeito do ideal. O ideal não é um elemento real na vivência, e não se pode dizer tampouco que seja uma simples ficção, pois, assim como o número, existe se dando na evidência, sendo um objeto do pensamento. Contudo, na origem da hipóstase psicológica do geral, a tese de Locke aceita ingenuamente que o geral se identifica com a presença real de uma representação na consciência: a ideia do triângulo geral é absurda, já que supõe a existência real no pensamento de uma imagem de triângulo que não conteria nenhum dos caracteres de um triângulo geometricamente definido.

Locke separa o geral individualizando-o, isso é demonstrado quando ele se refere ao triângulo geral (a ideia de triângulo), a qual é a mesma que a ideia da triangularidade, que não é a de “um triângulo em si mesmo”. Dito de outra forma, o conceito não pode ser uma parte real do objeto que subsume: é a sua espécie, para qual o objeto serve de base intuitiva na realização (Cf. FARBER, 1968).

Para ser formada a ideia geral do triângulo, o entendimento teria que fabricar um objeto que não fosse isósceles, nem escaleno, nem equilátero. E que não fosse nenhum triângulo em particular, mas que representasse todos os triângulos, sem ser nenhum deles. A ideia de triângulo seria a ideia complexa de um objeto, o qual não existe “fora” da consciência, formada pela abstração (ou separação) dos elementos comuns aos vários triângulos singulares que existem e, por sua posterior reunião, Locke sustenta que o conhecimento das qualidades dos triângulos baseia-se na ideia abstrata da triangularidade que não tem existência real, mas sim, é criada pela abstração. Não há distinção entre a essência nominal e a essência real na qual aquela se baseia.

Da ideia de triângulo em geral e de outras ideias podemos deduzir que os ângulos internos de um triângulo são iguais a dois ângulos retos, assim como outros teoremas, mas isso não implicaria na existência de triângulos na natureza. Para os teoremas serem aplicados temos que saber se há existências reais que satisfaçam a definição e os teoremas, o que só pode ser conhecido na experiência. Em uma representação geral, assim, o triângulo geral deveria ser a representação pertinente a todo triângulo concebível (Cf. HUSSERL, 2015).

O realismo ingênuo de Locke o leva a confundir o objeto geral com a imagem de um objeto “engendrado” pela consciência psicológica. Locke separa ou abstrai o geral em virtude de uma individualização figurativa. A verdadeira natureza da ideia do objeto torna-se falsa ao se admitir a necessidade do entendimento produzir algo “existente” em separado, sem ter uma ideia precisa desta produção. O objeto ideal é definido na linha da causalidade psíquica como algo fabricado com o material da sensação, que guarda algo do poder que o criou: as operações psíquicas do entendimento.

A hipóstase psicologista de Locke consiste, de fato, na identificação do abstrato com a imagem composta. O objeto geral é materializado pela consciência psicológica que o compõe de atributos comuns ao múltiplo. Locke julga que o nome geral deve corresponder a um sentido, e assim, a um atributo geral. Mas como o próprio atributo é compreendido em sua existência real, formada por partes iguais ou semelhantes de objetos singulares, resulta que o atributo continua afetado por sua particularidade de origem.

Assim sendo, o feixe de atributos correspondente à significação geral é única e nominalmente separado de sua existência concreta. A significação do triângulo geral é, no fundo, a representação de um objeto pretensamente geral, uma vez que, enquanto imagem constituída, é difícil conceber a abstração ou separação da qual se acha investido.

Assim, Locke confunde a representação com a significação geral específica, que não é algo realmente separado, mas sim, visado. Duas consequências importantes surgem desta confusão, primeiro, o objeto geral – a espécie, a significação – é hipostasiado, quer dizer, é atribuído a algo que se afirma existir no pensamento. Segundo, um abismo intransponível se interpõe entre a espécie hipostasiada e o singular contido em sua extensão. O singular participa da espécie geral porque possui os atributos comuns exigidos pela espécie, mas como estes são reais, a participação exigiria um terceiro termo de comparação, e assim indefinidamente.

O argumento do “terceiro homem” considerado contra o realismo platônico conservaria também aqui todo o seu valor (Cf. SANTOS, 2010). Mas, se o regresso infinito é inseparável desta ideia geral formada pela reunião das partes singulares comuns a todos os objetos singulares semelhantes, ela será forçosamente incompleta

ou indefinida. Mesmo os elementos essenciais de sua definição (conotação) dependeriam de uma operação infinita de comparar, unir e separar desencadeada pelo entendimento, pois, segundo o modelo de indução empírica, a intuição de gênero e da espécie não fixaria o idêntico, mas o igual e o semelhante.

Husserl demonstra que o salto do singular para o universal não pode dar-se pela simples combinação dos elementos singulares. Necessitaria de uma completa mudança da intenção significativa, que consistiria em deixar o singular de lado para visar ao universal em uma intenção inteiramente diversa. O universal é objeto de apreensão direta, não construída. O “semelhante” ou o “igual” abstraído de um contexto singular não passam a representar algo geral unicamente por terem sido separados de qualquer contaminação singular.

Segundo Husserl, Locke admite, em nome de um realismo que adota, a solução conceitualista: só as representações hipostasiadas como fatos da alma são reais. Diz ainda que o primeiro erro de Locke é o obscuro conceito que ele tem de ideia, o que é admitido nos seguintes pontos: 1º) Todo objeto da experiência interna – seja ele a vivência psíquica ou qualquer outra ocorrência real da consciência –, é definido como ideia. 2º) Ideia significa também representação: representa intencionalmente alguma coisa. 3º) Esta representação (*Vorstellung*), diz Husserl, é identificada com o representado (*Vorgestelltes*), a aparência com o que aparece, o ato – o fenômeno do ato enquanto parte real e imanente do fluxo da consciência – com o objeto intencional, de modo que o objeto que aparece é confundido com as suas ideias e seus atributos com ideias parciais. 4º) Todos estes equívocos são consequência da redução dos atributos do objeto aos conteúdos imanentes da representação, isto é, às sensações. 5º) A expressão “ideia geral” designa ao mesmo tempo as características do atributo específico e as dos diversos momentos do objeto. 6º) Finalmente, Locke confunde, e não distingue, a representação da imagem com a representação enquanto significação. Esta última pode ser considerada tanto como intenção significativa como enquanto preenchimento intuitivo da intenção (Cf. SANTOS, 2010).

Os objetos das representações, segundo Husserl, não se reduzem aos complexos de ideias, e nem constituem ideias simples. Não é por meio de um ato psicológico de crença que se conferirá objetividade a tais ideias imanentes. Mas sim, através da transcendência do objeto visado que se torna possível e necessário apreendê-lo através das sensações. Estas representam, subjetivamente, as

determinações objetivas da coisa que aparece. Mas não se confundem com as determinações que pertencem ao objeto. As sensações não são o objeto. Não se reduz o objeto a qual aparece à sua aparência ou, por outras palavras, o objeto representado à sua representação, pois o objeto que aparece enquanto fenômeno transcende à aparência.

Mesmo aceitando a distinção entre qualidades primárias e secundárias, não teria cabimento considerá-las como partes reais do objeto fenomenal (ou intencional). Objeto é uma unidade visada, e mesmo quando destacamos esta ou aquela parte visamos tal parte como unidade, nunca como ideia simples ou parcial. Pois, a parte não é separada do objeto. O que determina a apreensão do objeto é a intenção significativa, a qual apreende o sentido do objeto como algo que transcende os meros dados subjetivos. Assim, a intenção significativa se volta tanto para o momento particular do objeto como para o atributo correspondente *in specie*.

No primeiro caso, a intenção é individual; no segundo, é específica, quer dizer, geral: fixamos o Idêntico, o Mesmo, que não é este ou aquele momento múltiplo, mas Um no Múltiplo. A mesma diferença subsiste, quer se trate de uma intenção significativa “vazia”, ou de uma intenção “preenchida” pela presença exemplar do objeto visado. Para Husserl, Locke confunde a imagem sensível, pela qual se preenche a intenção com a significação. Como Locke não distingue o simples visar (*Meinen*) do preencher (*erfüllen*) de um ato de significação, devemos precisar o seguinte: a imagem sensível não pode ser confundida com a significação da expressão, pois a intenção de significação é aqui relação intencional (o sentido ou a significação da expressão independem de um eventual preenchimento intuitivo). Também não pode ser confundida com a significação, ou seja, com a significação preenchida intuitivamente. Se o preenchimento ocorre, por exemplo, por meio da presença de um objeto sensível visado, a imagem sensível é um fundamento (*bloße Grundlage*) ou meio do ato preenchedor.

O visado na significação é, digamos, a árvore (*in specie*), e não a árvore em particular. Husserl estabelece a confusão estabelecida por Locke partindo do fato evidente de que todo nome geral corresponde a uma significação geral, e tendo uma concepção equivocada de ideia, a qual é identificada como sendo as representações parciais (ideias simples) das diversas aparências ou momentos da coisa que aparece. Torna-se inevitável a confusão de Locke em relação à significação do nome geral com

a série de imagens (aparências) que servem de base para o preenchimento da própria significação. Assim, Locke não distingue entre aparência da característica (*Merkmalserscheinung*) e a característica que aparece (*erscheinendes Merkma*), e tampouco a característica enquanto momento e a característica como atributo específico; a sua teoria da “ideia geral” representa, de fato, uma hipóstase psicológica do real, e o geral transforma-se em dado real da consciência (Cf. SANTOS, 2010).

Somente essas confusões, das quais, acrescenta Husserl, a teoria do conhecimento sofreu até o momento de sua escrita, deram à doutrina de Locke das ideias gerais abstratas a aparência de uma clareza evidente que poderia enganar seu autor. Husserl expressa oposição à visão de que os objetos das ideias intuitivas, os animais, as árvores, entre outros, exatamente como nos aparecem, são complexos de “ideias”. Eles não são objetos de possível “percepção interna”, como se formassem um conteúdo fenomenológico complexo na consciência e pudessem ser encontrados nela como dados reais. Uma distinção fundamental deve ser traçada entre “cor”, “suavidade” e “forma” no sentido de propriedades objetivas e de sensações.

As sensações representam as determinações objetivas nas percepções da coisa em questão por meio das apreensões que as animam, mas nunca são as próprias determinações objetivas. O objeto aparente, assim como aparece ali, é transcendente à aparência como fenômeno. Os objetos aparentes de intuições externas significam unidades, mas não ideias ou complexos de ideias no sentido de Locke. Nomear por meio de nomes gerais, conclui Husserl, não consiste em selecionar ideias comuns únicas de tais complexos de ideias e em conectá-las a palavras como seus “significados”. Nomear pode referir-se a uma única qualidade, mas isso é um ato significativo em sentido análogo ao modo pelo qual a referência ao próprio objeto concreto é um ato de significação. Este ato de significar se constitui como sendo algo por si mesmo. Qualquer coisa sobre a qual uma intenção é dirigida torna-se um objeto do ato. Que se torna o próprio objeto do ato, e que se torna um objeto separado de todos os outros objetos, são duas afirmações fundamentalmente diferentes.

Os personagens, desde que entendidos como fatores atributivos, são inseparáveis de sua base concreta. Conteúdo deste tipo não pode ser por si só. Uma intenção não separa, significa, e o que significa, circunscreve. Isso vale para todos os tipos de significação ou intenção; e deve-se notar que nem toda significação é intuição,



e nem toda intuição é adequada, completa e compreende perfeitamente seu objeto. Um fator individual de um objeto não é o mesmo que um atributo em espécie. Se o primeiro é pretendido, então o ato de significar é individual; e se algo específico é significação, tem o caráter de significação específica. Se a base intuitiva é a mesma, a diferença entre eles só pode se dar devido ao caráter do ato. Distinções semelhantes devem ser observadas entre uma ideia genérica no sentido usual, como árvore, cavalo e semelhantes, e ideias diretas das coisas.

A distinção deve ser feita geralmente entre as intuições totais e parciais que formam a base sem que nada tenha que ser mudado sensorial e intuitivamente. Para uma análise mais exata, muito mais distinções de atos entrariam em consideração do que o necessário para os propósitos da crítica de Locke. Uma única coisa intuitiva pode ser entendida diretamente de acordo com o que foi afirmado acima, ou como portador de algo geral, como sujeito de um atributo, como um único membro de um gênero empírico, ou, novamente, o próprio geral pode significar, por exemplo, a espécie de um personagem que é discernido em uma intuição parcial; ou, além disso, tal espécie pode ser entendida como uma espécie de um gênero ideal. Em todos esses modos de apreensão, a mesma percepção sensorial pode servir de base.

Às distinções do pensamento “real”, em que as diversas formas categóricas são efetivamente constituídas, devem ser acrescentadas as intenções simbólicas das expressões. São feitas afirmações que significam algo que talvez não seja atualizado de uma maneira real e intuitivamente realizada. O “pensamento” agora é “meramente simbólico” ou “figurativo”.

Locke não foi capaz de fazer justiça a esse fato fenomenológico. A imagem sensorial intuitiva, por meio da qual a intenção de significação é realizada, foi considerada por Locke como o próprio significado, como já foi apontado. Isso basta para mostrar as confusões enganosas no raciocínio de Locke. O fato óbvio de que todo nome geral tem sua própria significação geral o levou a afirmar que uma ideia geral pertence a todo nome geral, e essa ideia era para ele nada mais do que uma ideia intuitiva separada, ou uma aparência separada de uma qualidade. Uma vez que Locke não separou a aparência de uma qualidade da qualidade aparente, não se distinguiam mais do que uma qualidade como fator e uma qualidade como atributo específico. Sua noção de uma “ideia geral” incorria em uma hipóstase psicológica do geral: o geral tornou-se um verdadeiro dado de consciência.

## Considerações Finais

Concluimos que o conceitualismo moderno, representado por Locke, dissolve a lógica em um problema causal psicológico, suprimindo a realidade ontológica das ideias e convertendo-as em realidades psicológicas. Para Locke, as ideias universais são um dado real da consciência. Nada existe no mundo exterior que constitua uma experiência universal. Todas as coisas que existem são realidades singulares. No entanto, salvo os nomes próprios, todos os termos são gerais. O ideal, em todas as suas formas, é um ser na consciência que é preciso elucidar no curso real desta. Se no mundo real só há coisas individuais, e a consciência se esgota no curso da experiência, é a partir disso que teremos que começar a esclarecer as ideias universais.

Desta forma, constatamos a existência de uma faculdade psicológica de unir ou separar as ideias simples – sensações ou imagens – atendendo às suas semelhanças e diferenças. Mediante isso, separamos “abstração” do conjunto de notas peculiares a uma série de ideias, algo que os é comum. As ideias se tornam gerais quando separamos delas o tempo, o lugar e outras circunstâncias que possam determiná-las a um tipo particular de existência. Os nomes adquirem a generalidade no momento em que os instituímos como signos das ideias gerais. Desta maneira é possível para a consciência formar livremente as “ideias abstratas” necessárias, bastando, para isso, destacar suas notas comuns e reuni-las sob a significação de um nome. É com isso que a mente aproveita essas semelhanças para formar suas ideias e nomes gerais.

A evolução da moderna teoria da abstração dá uma tendência resoluta a um nominalismo radical. Acreditava-se que para evitar o absurdo das ideias abstratas de Locke, era necessário negar os objetos universais como peculiares unidades do pensamento e, assim, representações universais como atos peculiares do pensar. Husserl faz objeção a isso, pois, segundo ele, o ideal é o que se encontra na consciência, sendo chamado de conteúdo da consciência. O real não é encontrado na consciência, mas a transcende. O erro é patente: real é o mesmo que está na consciência ou fora dela; real é o individual em todas as suas formas, o que existe aqui e agora. A realidade é definida pela temporalidade. Sendo assim, é evidente que os universais não são nem podem ser reais. Em uma posição à temporalidade do ser

real, oferecem o ideal como sendo atemporal. Não levar em conta esta distinção é a falha comum de todas as teorias da universalidade formuladas até agora.

Na significação surge o ideal na forma de um conteúdo idêntico, bem como há uma oposição entre o ser individual e o ser da espécie, o real e o ideal. Graças a este sentido, as palavras nos fazem inteligíveis. Nos atos de menção aparece sempre ainda os casos em que nos referimos a seres individuais, o conceito em seu sentido mais estrito e o colocamos de acordo sobre sua identidade através das mudanças. A maioria das palavras, portanto, se referem a seres que não podem ser objetos de percepção sensível. Elas são universais em seu sentido estrito, aparecem com toda clareza e aspiram realizar-se em atos de plenitude intuitiva. É preciso, então, que se tenha algum gênero de realidade.

A relação que faz a mediação entre os exemplares empíricos e uma espécie em sua validade universal, por exemplo, entre as coisas vermelhas e o vermelho, entre as coisas triangulares e a triangularidade etc., é análoga ao que se estabelece entre o conteúdo real uno e idêntico da significação da multiplicidade dos atos mediante os quais encontra sua expressão nas vivências. Na impossibilidade de encontrarmos isso na realidade sensorial, será preciso que se nos revele diante do ideal da intenção significativa uma existência ideal no mundo. Para restaurar a ideia em seu sentido autêntico é, antes de tudo, necessário não confundir este termo, como faz o empirismo a partir de Locke, como sendo tudo aquilo que ocorre na mente.

Vimos também que um dos problemas que surgem são aqueles referentes aos termos igualdade e identidade, sendo somente possível chegar à compreensão das coisas iguais, prévias à noção da identidade. Intentar derivar a identidade da igualdade ou a semelhança é incorrer em círculo vicioso. O problema da abstração não é o problema da semelhança, mas o problema da identidade. É preciso ver qual, e como é possível a operação mental mediante a qual chegamos ao ser idêntico da significação e a identidade dos conteúdos intuitivos ante os quais a significação encontra máxima evidência.

Considerando as conjunções teóricas abordadas, demonstramos residir somente através dos conteúdos ideais idênticos a possibilidade de predicarmos a verdade ou erro, e de dizer algo com sentido unívoco e comprová-lo. Essas entidades ideais não podem ser realidades em um mundo, afirmação radical de sua idealidade pura e que qualifica a filosofia de Husserl de idealismo. Toda realidade resulta

condicionada em sua existência própria pela idealidade da espécie. As espécies ideais condicionam a possibilidade mesma de mundo com sentido. Nisso, o empirismo falha por não se ater em fixar com rigor descritivo a situação exata das coisas. Rejeita e elimina aquilo que trata de esclarecer ou dar por suposto e, sem dar-se conta, se funda naquilo que ignora. Portanto, é necessário, antes de tudo, ver em sua realidade intacta tal como os fenômenos da ideação e da abstração se dão na consciência imediata.

## Referências

FARBER, Marvin. **The Foundation of Phenomenology**. Edmund Husserl and the quest for a rigorous science of philosophy. Albany: State University of New York Press, 1968.

HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas**. Prolegômenos à Lógica Pura. Trad. Diogo Ferrer. Lisboa: CFUL, 2014. (Coleção Phainomenon: Clássicos de Fenomenologia).

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas**. Volume 2: investigações para a fenomenologia e a teoria do conhecimento. Trad. P. M. S. Alves e C. A. Morujão. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SANTOS, José. Henrique dos. **Do empirismo à fenomenologia**. A crítica do psicologismo nas Investigações Lógicas de Husserl. São Paulo: Loyola, 2010.

Recebido em: 08/02/2023.  
Aprovado em: 23/03/2023.